



“Educação financeira deveria começar o mais cedo possível e ser ensinada nas escolas”. O trecho, extraído de recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),¹ data de 2005 e mostra que a importância da inserção do tema nas salas de aulas não é nova.

Desde a crise financeira de 2008 – que acentuou ainda mais a relevância do assunto –, vários estudos sobre o impacto do ensino de educação financeira nas escolas vêm sendo conduzidos em diversos países. Na Espanha, por exemplo, estudo de impacto de programa de educação financeira nas escolas indicou aumento estatisticamente significativo na consciência dos alunos sobre o valor atual dos recursos e as consequências futuras de escolhas presentes.² Já no Reino Unido, estudo longitudinal apontou que habilidades cognitivas relacionadas a leitura e matemática, e comportamentais, como extroversão e colaboração, são fortes preditoras de bons resultados financeiros na vida adulta.³ Ensinar educação financeira nas escolas parece ser uma das formas mais eficientes de criar uma geração com a cultura do uso consciente do dinheiro, embora mais avaliações de impacto sejam necessárias para precisar os efeitos de curto e longo prazo.

No Brasil, esse debate vem ganhando força,⁴ principalmente após a inserção da educação financeira como um tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁵ para a educação infantil e o ensino fundamental, homologada em dezembro de 2017.

¹ OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**: Recommendation of the Council. 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/46193218.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

² BOVER, O., et al. **The Impact of High School Financial Education on Financial Knowledge and Choices**: Evidence from a Randomized Trial in Spain, Documentos de Trabajo, Banco de España, nº 1801, 2018.

³ MONEY ADVICE SERVICE. **The journey from childhood skills to adult financial capability** – analysis of the 1970 British Cohort Study, London Economics, 2017.

⁴ Como nas notícias disponíveis em: <<http://porvir.org/educacao-financeira-na-sala-de-aula-e-investir-na-vida-fora-da-escola/>>; <<https://novaescola.org.br/conteudo/9798/bncc-inclui-educacao-financeira-em-matematica>>; <<https://revistapegn.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2018/04/pegn-educacao-financeira-se-aprende-no-colegio.html>>; <<https://istoe.com.br/educacao-financeira-se-aprende-no-colegio/>>; <<http://infograficos.estadao.com.br/focas/por-minha-conta/materia/educacao-financeira-ainda-nao-e-realidade-nas-salas-de-aula-brasileiras>>.

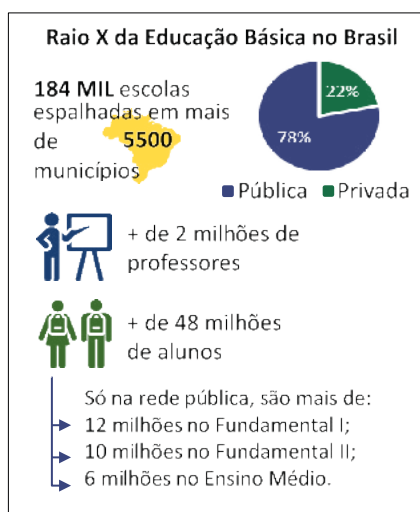
⁵ Para mais informações sobre a BNCC, consultar <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 1º ago. 2018.

O objetivo deste artigo é discutir, com base em dados sobre a educação básica brasileira e experiências de sucesso, ideias que possam ajudar na identificação dos desafios e das oportunidades para avançar no ensino da educação financeira nas escolas do país. Nesse sentido, este trabalho pretende ser ponto de partida para o debate sobre o tema com os atores envolvidos, de modo a aprofundar o entendimento e subsidiar futura publicação na Série Cidadania Financeira.

» Educação básica no Brasil

O quadro a seguir traz alguns dados sobre a educação básica⁶ no Brasil. Segundo o Censo Escolar de 2017,⁷ existem, no Brasil, 184.145 escolas, distribuídas em 5.570 municípios. Desse total, 78% são escolas públicas e 22%, privadas. Ao todo, 131.606 escolas oferecem ensino fundamental e 28.558 oferecem ensino médio. São mais de 2 milhões de professores e 48 milhões de alunos. Os números, por si sós, indicam a complexidade de inserir educação financeira nas escolas do Brasil, sem considerar fatores como diferentes realidades socioeconômicas, níveis de investimento por aluno, entre outros.

Contudo, um dos principais desafios atuais da educação básica brasileira – e que tem relação com o ensino do tema – é garantir que os alunos alcancem os níveis de aprendizagem adequados para cada etapa do ensino.⁸



Segundo dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2017,⁹ realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep),¹⁰ dos estudantes do 5º ano do ensino fundamental avaliados, com idade média de 10 anos, 11,9% alcançam os níveis de aprendizagem adequada em português e 15,5%, em matemática. Cerca de 50 em cada 100 alunos do 5º ano avaliados provavelmente não são capazes de “converter uma quantia dada em moedas de 5, 25 e 50 centavos e 1 real em cédulas de

⁶ A educação básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos.

⁷ Até a conclusão deste texto, os dados do Censo Escolar 2018 não haviam sido finalizados. Sinopse Estatística, INEP, 2017. Disponível em: <<http://provabrazil.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

⁸ Segundo a Escala de Proficiência do Inep, os resultados das proficiências dos estudantes são posicionados em uma escala que vai de 0 a 10. Entre os níveis 0 a 3, considera-se insuficiente o nível de aprendizagem; entre os níveis 4 e 6, básico, e, acima de 7, adequado. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/presskit_saeb2017.pdf>. Acesso em: 6 set. 2018.

⁹ Por meio de testes e questionários, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelo conjunto de estudantes avaliados. Participaram do Saeb mais de 5,4 milhões de estudantes, do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, em 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/presskit_saeb2017.pdf>. Acesso em: 6 set. 2018.

¹⁰ O Inep é uma autarquia federal ligada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. É o responsável pela realização de importantes avaliações e exames do ensino, como o Saeb, o Enem e o Pisa.

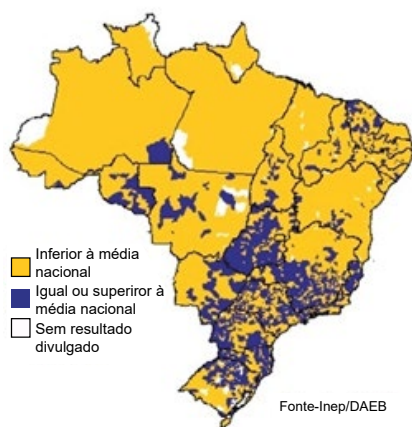
real”,¹¹ conforme a questão na figura abaixo. De acordo com o Inep, embora os resultados ainda não estejam satisfatórios, os estudantes do 5º ano do fundamental de todos os estados brasileiros apresentam evolução em matemática em relação à edição realizada em 2015.



Conforme se avança em direção aos anos finais da educação básica, o percentual de alunos com aprendizagem adequada diminui. Aproximadamente 4,5% dos alunos avaliados no 9º ano, com 14 anos em média, possuem aprendizagem adequada em matemática. Para o Inep, o Brasil apresentou pouca evolução em relação à última edição da avaliação em 2015 e significativa desigualdade de aprendizagem entre os estados. O mapa a seguir mostra a diferença entre os níveis de proficiência por município dos alunos do 9º ano em matemática. No ensino médio, o quadro é semelhante: 4,5% dos alunos avaliados possuem aprendizagem adequada em matemática, com diferenças elevadas entre os estados.

Esse cenário se reflete no desempenho dos estudantes brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil teve o pior desempenho em matemática e o terceiro pior em leitura entre os 45 países que participaram da avaliação em 2015. O desempenho dos alunos brasileiros foi pior que o de alunos oriundos de países que têm custo inferior por aluno, como Colômbia, México e Uruguai.

Proficiência média em matemática por município 9º ano do Ensino Fundamental



Em 2015, o Pisa avaliou estudantes em letramento financeiro para aferir até que ponto estudantes de 15 anos têm conhecimentos e habilidades necessários para fazer uma transição bem-sucedida da escolaridade obrigatória para o ensino superior, para o emprego ou o empreendedorismo. O desempenho do Brasil em letramento financeiro ficou bem abaixo da média dos países¹² e economias da OCDE que participaram da avaliação.¹³

¹¹ Essa habilidade corresponde ao nível 5 da escala de proficiência de matemática do 5º ano do Ensino Fundamental. Segundo o *Press Kit* do Saeb 2017, 51,14% dos alunos avaliados estão abaixo desse nível, o que indica que provavelmente não são capazes de resolver operações como a descrita. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/presskit_saeb2017.pdf>. Acesso em: 6 set. 2018.

¹² China, Bélgica, Canadá, Rússia, Países Baixos, Austrália, EUA, Polônia, Itália, Espanha, Lituânia, Eslováquia, Chile, Peru, Brasil, nesta ordem no *ranking*. A média de desempenho do Brasil não foi significativamente diferente que a do Peru. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa_letramento_financeiro_brasil.pdf>. Acesso em: 14. ago. 2018.

¹³ Segundo o Pisa, letramento financeiro envolve o conhecimento e a compreensão de conceitos financeiros e riscos, e as habilidades,

No Brasil, mais da metade dos estudantes (53,3%) tem desempenho abaixo do nível básico de proficiência em letramento financeiro (a média da OCDE é 22,3%). Esses alunos são capazes de, na melhor das hipóteses, reconhecer o propósito de um documento financeiro cotidiano, como uma fatura, quando solicitado em uma questão.

A dimensão do sistema de ensino no país, os níveis de aprendizagem dos alunos, bem como a diferença entre os estados e o desempenho do Brasil em letramento financeiro em comparação com outros países são importantes insumos a serem considerados para a expansão do ensino da educação financeira nas escolas.

» Educação financeira nas escolas – Situação atual

Desde a sua instituição em 2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef)¹⁴ desenvolve o Programa de Educação Financeira nas Escolas.¹⁵ A primeira ação nesse sentido foi a realização de Programa-Piloto de Educação Financeira no Ensino Médio, cujo escopo abrangeu o treinamento de 1.200 professores, o desenvolvimento de livros didáticos e o ensino da temática para 27.000 alunos ao longo de três semestres. A iniciativa foi avaliada pelo Banco Mundial e indicou melhora na proficiência financeira e no comportamento de poupança por parte dos alunos, bem como efeitos intergeracionais positivos nos países, que melhoraram seus conhecimentos e comportamentos financeiros, entre eles aumento nos níveis de poupança. Por outro lado, o estudo indicou resultados cautelosos quanto ao comportamento de consumo dos alunos associado ao uso do cartão de crédito.

A partir de 2014, a Enef conduziu outro piloto com 400 professores e 14.886 alunos do Ensino Fundamental. O trabalho também foi avaliado pelo Banco Mundial, e os resultados sugerem impacto positivo no conhecimento financeiro e nas atitudes relacionadas a decisões de consumo e poupança. Segundo os avaliadores, os dados indicam que a eficácia do Programa depende de implementação mais criteriosa e que a forma de ensinar educação financeira para alunos dos anos iniciais talvez precise ser repensada.¹⁶

Em 2016, o Programa de Educação Financeira nas Escolas da Enef inaugurou uma nova fase, que tem como protagonista o professor. Além da criação de ambiente virtual de aprendizagem, a estratégia atual envolve projeto-piloto para a instituição de polos de formação de professores em parceria com universidades públicas e secretarias de educação estaduais e municipais. O objetivo desses polos é criar e oferecer diferentes cursos de extensão sobre educação financeira para os docentes em cada estado. O primeiro polo foi implementado no Tocantins, e novos polos estão em desenvolvimento em Minas Gerais, na Paraíba e no Rio Grande do Sul.

e acordo com a coordenação do Programa de Educação Financeira nas Escolas da Enef, 275 mil alunos foram impactados, 9 mil professores envolvidos e 3 mil escolas públicas engajadas até 2017.¹⁷ Ante o universo a ser alcançado, nota-se que a educação financeira é ainda um grande desafio para o nosso país.

Entre as principais conquistas da Enef desde sua instituição está a inserção da educação financeira na BNCC, homologada em dezembro de 2017. A inserção foi fruto da articulação realizada pelos membros do Comitê Nacional da Enef (Conef), entre eles o Ministério da Educação (MEC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central do Brasil (BCB). A BNCC “estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas”.¹⁸

motivação e confiança para aplicar tais conceitos e a compreensão com o objetivo de fazer escolhas efetivas em uma série de contextos financeiros variados, melhorar o bem-estar de indivíduos e sociedade e possibilitar a participação na vida econômica.

¹⁴ O Decreto nº 7.397, de 2010, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef).

¹⁵ O Programa é executado pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), criada em 2011 por Anbima, B3, CNSEG e Febraban para coordenar e executar as ações transversais da Enef.

¹⁶ AEF-BRASIL. **Projeto Piloto Programa Educação financeira nas Escolas: Ensino Fundamental**. 2016. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/wp-content/uploads/RELATORIO-FINAL-ENSINO-FUNDAMENTAL.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

¹⁷ AEF-BRASIL. **Relatório Anual de 2017**. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/RA-AEF-Brasil_07082018_Vers%C3%A3oFinal.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2018.

¹⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>

De acordo com a Base, compete aos sistemas e às redes de ensino incorporar temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, a BNCC destaca o ensino da educação financeira e da educação para o consumo. Nesse contexto, ao abordar o ensino da Matemática – mais especificamente da unidade temática Números – para o ensino fundamental, a base preceitua o seguinte:

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos.¹⁹

Além de constar expressamente em matemática e como contexto de aprendizagem em outras áreas, como linguagens, história e geografia, a educação financeira é fundamental para o desenvolvimento da sexta competência geral prevista pela Base. Essa competência, conhecida como Projeto de Vida, envolve organização, planejamento, metas, sonhos e aspirações, assuntos que estão no escopo do ensino da educação financeira. A tabela a seguir traz exemplos extraídos da BNCC de como a educação financeira pode ser abordada de forma integrada às diversas áreas do conhecimento.

As instituições ou redes de ensino têm até o início do ano letivo de 2020 para adequar seus currículos e propostas pedagógicas à BNCC. Esse prazo representa oportunidade para a inserção da educação financeira nas escolas e imprime urgência na atuação dos atores no âmbito da Enef. Logo, o momento atual é propício para avaliar os resultados já atingidos pelo Programa de Educação Financeira nas Escolas e, se for o caso, para definir novas estratégias para ampliar a inserção do tema nas escolas em âmbito nacional.

abase/>. Acesso em: 1º ago. 2018.

¹⁹ Idem.

ÁREA DO CONHECIMENTO	ANO	UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Matemática	1º	Grandezas e Medidas	Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas	(EF01MA10) Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações simples do cotidiano do estudante.
Matemática	4º	Grandezas e Medidas	Problemas utilizando o sistema monetário brasileiro	(EF04MA25) Resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento, utilizando termos como troco e desconto, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável
Língua Portuguesa	6º ao 9º	Leitura	Efeitos de sentido	(EF69LP04) Identificar e analisar os efeitos de sentido que fortalecem a persuasão nos textos publicitários, relacionando as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os recursos linguístico-discursivos utilizados, como imagens, tempo verbal, jogos de palavras, figuras de linguagem etc., com vistas a fomentar práticas de consumo conscientes.
Ciências	7º	Matéria e Energia	Máquinas simples Formas de propagação do calor Equilíbrio termodinâmico e vida na Terra História dos combustíveis e das máquinas térmicas	(EF07CI06) Discutir e avaliar mudanças econômicas, culturais e sociais, tanto na vida cotidiana quanto no mundo do trabalho, decorrentes do desenvolvimento de novos materiais e tecnologias (como automação e informatização).
Geografia	4º	Mundo do Trabalho	Produção, circulação e consumo	(EF04GE08) Descrever e discutir o processo de produção (transformação de matérias primas), circulação e consumo de diferentes produtos.

Finalmente, é importante apontar que outras ações vêm sendo realizadas, além daquelas desenvolvidas no escopo da Enef. Segundo o mapeamento de iniciativas realizado em 2018, 323 instituições de ensino já desenvolvem trabalhos relacionados ao ensino de educação financeira com seus alunos, sendo 7% em escolas privadas.²⁰

» Educação financeira nas escolas – Como avançar?

O Brasil já deu os primeiros passos para o ensino da educação financeira nas escolas – além de contar com um Programa no âmbito da Enef, o tema está previsto na BNCC e já vem sendo abordado em algumas instituições de ensino do país. Esta seção aborda algumas ideias que perpassam a construção de estratégias para avançar no tema: foco no usuário – alunos e professores –; escalabilidade; e necessidade de monitoramento e de avaliação adequados.

FOCO NO USUÁRIO

Alunos

Para que a inserção nas escolas ocorra de maneira efetiva, uma das premissas é que a metodologia de ensino seja adequada às necessidades, aos interesses e às aspirações dos estudantes, uma das diretrizes da OCDE.

Uma das principais necessidades dos alunos é melhorar os níveis de aprendizagem em leitura e matemática, conforme apontam os dados do Pisa. Há evidências de forte correlação entre essas habilidades em crianças e bons resultados financeiros na vida adulta,²¹ o que mostra que melhorar os níveis de leitura e matemática

²⁰ AEF-BRASIL. **2º Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira**. 2018. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Mapeamento_2018.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2018.

²¹ MONEY ADVICE SERVICE. **The journey from childhood skills to adult financial capability** – analysis of the 1970 British Cohort Study, London Economics, 2017.

não é apenas uma preocupação da educação em geral, mas também da educação financeira. No caso da matemática, Lusardi e Wallace (2013)²² destacam que:

Para estudantes que não compreendem o papel que os juros exercem na construção da riqueza/patrimônio [...], que não entendem a matemática por trás dos juros, é muito difícil explicar a importância de começar a poupar cedo ou o quão rapidamente uma dívida aumenta ao realizar empréstimos com altas taxas cobradas por instituições de cartão de crédito, empréstimos a taxas diárias ou outros tipos de empréstimos de custos altos.

Segundo estudo realizado com jovens do Ensino Fundamental II, “quanto mais a educação formal se conecta com os desafios de desenvolvimento e os temas relevantes em suas vidas, mais o adolescente tende a aprender e a se interessar por ela”.²³ Nesse cenário, uma demanda dos jovens é a busca por trabalho e dinheiro, associada à autonomia e ao desejo de consumo, o que abre oportunidade para o ensino da educação financeira dentro da escola.²⁴

Projeto-piloto conduzido a partir de pesquisa desenvolvida por Paulo Costa, economista e doutorando em Harvard, e pela BM&FBovespa avaliou a relação entre o ensino da matemática e a educação financeira. Conduzido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro em escolas públicas, o projeto consistiu em duas horas semanais de aulas de matemática com conceitos financeiros ao longo de doze semanas. Ao fim do período, notou-se que os alunos não só aprendiam mais matemática como também aprendiam mais educação financeira, o que ajudou a mudar o comportamento deles em relação ao dinheiro. Segundo o economista, essa abordagem aumenta o engajamento dos alunos porque parte de exemplos práticos do cotidiano dos jovens para o ensino da teoria de matemática. Atualmente, o projeto está sendo implementado em escolas públicas de Goiás e será expandido para Pernambuco e São Paulo em 2019.

Professores

De acordo com as diretrizes da OCDE, os professores devem estar no centro dos programas de educação financeira nas escolas e ser envolvidos em todas as etapas do processo, desde a concepção até a implementação, devido ao conhecimento técnico que possuem e à proximidade com alunos. Para que a educação financeira seja realidade dentro da sala de aula, professores precisam ser convencidos da importância de ensinarem o tema, bem como receber formação e materiais adequados.

Um fator que demanda atenção especial é o custo que o compromisso de ensinar educação financeira representará para o professor. Segundo pesquisa²⁵ realizada pelo Instituto Ibope com professores de todo o país, 42% dos professores não têm tempo remunerado para realizar atividades extraclasse e 29% realizam alguma atividade extra para complementar a renda. Esses dados indicam que o tempo é um recurso escasso. Logo, a formação em educação financeira precisa ser compatível com o tempo disponível dos professores, e os materiais pedagógicos devem estar prontos para aplicação imediata em sala de aula, exigindo o mínimo de tempo de preparação do professor.

Exemplo de iniciativa centrada no professor é a parceria entre a Fundação Lemann, o Google.org e a Associação Nova Escola para a disponibilização de planos de aula digitais atualizados de acordo com a BNCC. A partir de dados sobre o comportamento dos professores – uso do celular para preparação de aulas e

²² LUSARDI, Annamaria; WALLACE, Dorothy. **Financial Literacy and Quantitative Reasoning in the High School and College Classroom**. Numeracy, v. 6, nº 2, art. 1, 2013.

²³ INSTITUTO INSPIRARE. **Projeto Faz Sentido – Ensino Fundamental II: Adolescentes**. 2015. Disponível em: <http://fazsentido.org.br/comeca_com/?escolha=estudos&etapa=fundamental>. Acesso em: 13 ago. 2018.

²⁴ Idem.

²⁵ TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Profissão Professor**. 2018. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/23.pdf?750034822>. Acesso em: 27 ago. 2018.

busca por planos de aula na internet –, o projeto disponibilizou mais de 600 planos de aula de matemática com recursos pedagógicos de alta qualidade em plataforma *on-line*.²⁶ Criados por um time composto de 185 especialistas, entre eles 150 professores, os planos de aula estão prontos para apoiar o professor na realidade da sala de aula de escolas públicas do ensino fundamental.

Professores e educadores financeiros poderiam trabalhar na criação conjunta de formações modulares em educação financeira e de materiais pedagógicos, como, por exemplo, planos de aula de educação financeira integrados a matemática e a outras áreas do conhecimento de acordo com as competências preconizadas pela BNCC. Ao envolver o professor na concepção dos programas, a tendência é a construção de soluções mais alinhadas às necessidades e realidades dos alunos, dos próprios professores e das escolas, o que pode levar ao aumento do engajamento no tema.²⁷

Outra forma de incentivar professores e alunos é por meio da realização de concursos de educação financeira. Na Espanha, um concurso de conhecimentos financeiros é realizado anualmente com alunos e professores, no formato de jogo de perguntas e respostas. Além de terem as despesas pagas para participar da final em Madri, as duas melhores equipes recebem diploma individualizado para cada participante, visita guiada ao Banco de España e ao Palacio de la Bolsa de Madrid e prêmio em dinheiro para aquisição de material pedagógico para a escola. A iniciativa, que já está na 6ª edição, é considerada como ferramenta eficaz para gerar engajamento de alunos e professores no tema da educação financeira e pode servir de inspiração para o Brasil.²⁸

Escala

Ganhar escala é um dos principais desafios para inserção da educação financeira nas escolas brasileiras. Por ser um país de dimensões continentais, a possibilidade de escala deve ser premissa a ser perseguida pelos programas de educação financeira nas escolas. Fatores como custo e tempo para implementação, canais de distribuição, formas de financiamento, entre outros, têm papel central para que a política seja efetiva.

A flexibilidade na implementação é outro fator a ser considerado, já que o Brasil possui realidades distintas e níveis de aprendizagem diferentes entre os estados e até mesmo entre municípios de um mesmo estado. Para que os programas de educação financeira tenham penetração nas escolas de todo o país, é importante pensar em estratégias variadas e em um conjunto de soluções que possam ser escolhidas de acordo com a realidade – social, econômica, educacional e cultural – de cada município, instituição ou rede de ensino. A máxima *one size does not fit all* (uma solução não serve para todos) deve permear o processo.

O uso de tecnologias digitais parece ser um caminho para ampliar o alcance de programas para inserção de educação financeira nas escolas, com destaque para as formações a distância. Contudo, é preciso notar que 32% das escolas não têm acesso a alguma modalidade de internet.²⁹ Nesse contexto, aulas presenciais dadas por um grupo de especialistas diretamente para alunos de escolas, em paralelo com a formação presencial de educadores, como o projeto desenvolvido pelo Círculo da Matemática do Brasil,³⁰ trazem resultados positivos principalmente em localidades com menor infraestrutura. Iniciativas como essa podem servir de referência para a oferta de soluções de educação financeira adaptada à realidade local.

²⁶ Disponível em: <<http://porvir.org/google-lemann-se-unem-para-entregar-planos-de-aula-direto-celular-professor/>> e <<http://www.consed.org.br/central-de-conteudos/nova-escola-com-apoio-da-fundacao-lemann-e-do-google-org-lanca-primeiros-planos-de-aula-alinhados-a-bncc>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

²⁷ Segundo pesquisa realizada com professores em 2018 pelo Instituto Ibope, qualificação (“dar mais oportunidades de qualificação para os professores que já estão atuando nas escolas”) e escuta dos professores (“envolver e escutar os professores nos debates públicos e decisões sobre políticas educacionais”) estão entre as medidas mais eficazes para valorização da profissão docente. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/23.pdf?750034822>. Acesso em: 27 ago. 2018.

²⁸ Premios Programa Educación Financiera. **Finanzas para todos**. Disponível em: <<http://www.diadelaeducacionfinanciera.es/premios-programa-educacion-financiera>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

²⁹ Segundo dados de tecnologia do portal QEDU, disponível em <<https://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2017&dependence=0&localization=0&item=>>>. Acesso em: 10 set. 2018.

³⁰ INSTITUTO TIM. **O Círculo da Matemática do Brasil**. Disponível em: <<https://institutotim.org.br/project/o-circulo-da>>

A formação de parcerias estratégicas é outro ponto que pode ampliar o alcance da educação financeira nas escolas. Nesse contexto, é necessário identificar os atores que têm alto grau de penetração entre os professores e as instituições de ensino e estabelecer com eles parcerias para a criação e implementação de programas conjuntos. Entre esses atores, destacam-se as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, órgãos cujo apoio é imprescindível para aumentar a inserção do tema nas escolas e para viabilizar a formação dos professores.³¹

Monitoramento e avaliação

Além do foco nos usuários e da escalabilidade, o monitoramento e a avaliação de impacto são outros componentes essenciais para a introdução efetiva da educação financeira nas escolas, os quais devem incluir aspectos quantitativos e qualitativos.³²

Para o adequado acompanhamento do ensino de educação financeira, uma ideia seria incluir questões em pesquisas de órgãos oficiais. Um exemplo é o Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep, ligado ao MEC, e de participação obrigatória por parte das escolas. Com isso, seria possível acompanhar a inserção do tema nas escolas, em bases anuais, e definir as melhores estratégias para ampliar o alcance, especialmente em áreas com menor penetração.

Quanto à avaliação de impacto de longo prazo, o Brasil já deu passo importante ao participar do módulo de letramento financeiro no Pisa – e é fundamental que o país continue participando nas próximas edições.³³ Outra recomendação da OCDE é a inclusão de educação financeira em exames no fim da educação formal. No caso do Brasil, isso se daria mediante a presença mais significativa de questões de educação financeira em avaliações e exames como o Saeb e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Além de permitir avaliações de longo prazo, essas medidas teriam o potencial de aumentar a demanda pelo ensino de educação financeira nas redes de ensino.

» Conclusão

Em um país como o Brasil, de dimensões continentais e com *deficit* de aprendizagem em leitura e matemática, inserir educação financeira nas escolas é um desafio complexo. As estratégias de inserção de educação financeira nas escolas precisam considerar os diversos aspectos da educação básica para a construção de soluções efetivas.

O Brasil já conta com o Programa de Educação Financeira nas Escolas no âmbito da Estratégia Nacional e, recentemente, incluiu a educação financeira como tema transversal na BNCC. Para avançar, é preciso mobilizar redes e instituições escolares para o ensino efetivo do tema em sala de aula em âmbito nacional, a partir de estratégias e programas que tenham foco nos alunos e nos professores, que sejam escaláveis e que possam ser monitorados e avaliados.

matematica-do-brasil/>. Acesso em: 3 set. 2018.

³¹ De acordo com o 2º Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira, 2018. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Mapeamento_2018.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2018.

³² OECD. **Financial Education for Youth and in Schools: OECD/INFE Policy Guidance, Challenges and Case Studies.**

³³ Segundo o portal do Inep, em maio de 2018 foram aplicadas as provas do Pisa 2018, e os resultados serão divulgados no 2º semestre de 2019.